



PODER JUDICIÁRIO
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

VIII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

1ª PROVA - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª ETAPA

ROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO
RABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRA-
IVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO,
ARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL .

I N S T R U Ç Õ E S

- .- Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões .
- .- Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
- .- Use somente caneta esferográfica azul ou preta .
- .- Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas.
A compreensão destas é encargo do candidato .
- .- São proibidas quaisquer consultas.
- .- Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a
prova.

Duração da Prova : 04 horas

BOA SORTE .

MISSÃO DO CONCURSO :

- iz RUBENS TAVARES AIDAR - Presidente
- iz DÉLVIO BUFFULIN
- . CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - Membro da OAB

MISSÃO EXAMINADORA :

- nistro JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS - Presidente
- iz CARLOS ROBERTO HUSEK
- . ELI ALVES DA SILVA - Membro da OAB

1.- O Tribunal Regional do Trabalho confirma sentença de Junta de Conciliação e Julgamento condenatória no pagamento de adicional de periculosidade e dias de suspensão. Revista empregador só com relação ao adicional. Negado seguimento, agravo de instrumento não provido. Considerando a lei e matéria sumulada do Tribunal Superior do Trabalho : (assinalar opção correta)

- a) O prazo para rescisória conta-se do julgamento de cada uma das pretensões.
- b) O prazo para rescisória conta-se da decisão de mérito proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho.
- c) O prazo para rescisória conta-se do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho no agravo de instrumento .
- d) O prazo para rescisória conta-se a partir da primeira decisão de mérito transitada em julgado .

2.- A conciliação celebrada perante a Junta de Conciliação e Julgamento, em consonância com a lei e orientação da Corte Superior : (assinalar a opção correta)

- a) Pode ser desfeita por ação anulatória proposta perante a própria Junta de Conciliação e Julgamento.
- b) Não pode ultrapassar os temas objetos da controvérsia.
- c) Pode ser desfeita mediante ação rescisória proposta no Tribunal Regional do Trabalho .
- d) Não pode ser desfeita eis que corresponde a decisão irrecurável .

3.- Interposto recurso ordinário : (assinalar a opção correta)

- a) O Tribunal apreciará estritamente o que for objeto do recurso .
- b) O Tribunal poderá apreciar as questões anteriores à sentença, ainda não decididas .
- c) O Tribunal não poderá apreciar arguição de prescrição não levantada perante o primeiro grau .
- d) O Tribunal não poderá conhecer de arguição de carência de ação não articulada em primeiro grau .

4.- Em conformidade com a lei e orientação pacífica do Tribunal Superior do Trabalho é necessário inquérito para apuração de falta grave, julgado procedente : (assinalar a opção correta)

- a) Para despedida de integrante titular ou suplente de CIPA, como representante dos empregados.
- b) Para despedida de titular de CIPA, representante de empregados .
- c) Para despedida de mulher grávida no período estabilidade.
- d) Para despedida de dirigente sindical .

5.- Assinalar a opção correta :

- a) As Turmas nos Tribunais Regionais do Trabalho só podem atuar com a presença, pelo menos dos dois classistas e um juiz vitalício .
- b) As Turmas no Tribunal Superior do Trabalho só podem atuar com a presença, pelo menos dos dois classistas e um juiz vitalício .
- c) A Junta de Conciliação e Julgamento só pode funcionar com a presença do Juiz Presidente e dos dois classistas .
- d) Os órgãos dos Regionais só podem atuar com a presença de classistas de ambas as categorias, em número iguais .

6.- Pode propor mandado de segurança coletivo : (assinalar a opção correta)

- a) entidade de classe legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano .
- b) Qualquer partido político devidamente registrado.
- c) O Ministério Público, na defesa de direitos difusos da coletividade.
- d) Sindicato ou associação legalmente constituídos .

7.- Em consonância com a letra expressa de texto consolidado, a notificação inicial no dissídio individual : (assinalar opção correta)

- a) Será efetuada por mandado quando o reclamado criar obstáculo ao recebimento da notificação postal .
- b) Será efetuada por edital quando o reclamado criar obstáculo ao recebimento da notificação postal.
- c) Será efetuada por edital quando frustrada a citação com hora certa .
- d) Será efetuada por edital apenas quando o reclamado estiver em local ignorado, incerto e inacessível .

- 8.- O recurso de revista, na execução de sentença : (assinalar a opção correta)
- a) É admissível nas mesmas hipóteses previstas para o processo de conhecimento.
 - b) Não é admissível no processo do trabalho .
 - c) Só é cabível quando a decisão recorrida contrariar súmula de jurisprudência da Corte Superior.
 - d) Só é cabível quando a decisão recorrida tiver afrontado diretamente disposição constitucional .
- fls 171
cm

9.- Da decisão proferida pela seção de dissídios coletivos do Tribunal Superior do Trabalho em ação de sua competência originária, no âmbito da Justiça do Trabalho : (assinalar a opção correta)

- a) Cabe recurso para o Tribunal Pleno .
- b) Cabe recurso para o Órgão Especial do próprio Tribunal Superior do Trabalho.
- c) Não cabe recurso .
- d) Só cabe recurso se a decisão não for unânime .

10.- Assinalar a opção correta :

- a) Na substituição processual o substituto postula direito próprio em nome alheio .
- b) Na representação o representante atua em nome próprio perseguindo direito alheio.
- c) Na substituição processual o substituto postula direito alheio em nome próprio .
- d) Na representação postula em nome alheio perseguindo direito próprio .

11.- Qual dos enunciados abaixo obedece à ordem preferencial da penhora, ainda que não obedida a sequência do texto legal : (assinalar a opção correta)

- a) Dinheiro, títulos da dívida pública, veículos, imóveis e móveis .
- b) Dinheiro, imóveis, móveis, aeronaves e semoventes .
- c) Dinheiro, veículos, ações, imóveis e móveis .
- d) Dinheiro, móveis, semoventes, imóveis e aeronaves .

12.- O recurso de revista : (assinalar a opção correta)

- a) Pode ser recebido em ambos os efeitos .
- b) Não pode ser recebido com efeito suspensivo .
- c) Cabe por divergência com acórdão de outras Turmas do Tribunal Superior do Trabalho .
- d) Não cabe por divergência com acórdão da Seção de Dissídios Individuais .

13.- Assinale a opção correta :

- a) Os embargos declaratórios podem ter efeito modificativo do julgado .
- b) A oposição dos embargos declaratórios tem efeito suspensivo do prazo para interposição de qualquer recurso .
- c) A oposição dos embargos declaratórios não tem efeito interruptivo do prazo para interposição de qualquer recurso .
- d) A multa aplicável à hipótese de embargos declaratórios procrastinatórios não se agrava com a reiteração de embargos declaratórios com o mesmo vício .

14.- Assinale a alternativa correta :

- a) A sentença de liquidação é irrecorrível por qualquer das partes .
 - b) A sentença de liquidação é recorrível via agravo de petição por qualquer das partes .
- Só nos embargos à execução podem as partes manifestar-se contra a sentença de liquidação. Pode o exequente impugnar a sentença de liquidação independentemente da oposição de embargos à execução .

15.- Na consignação em pagamento, nos termos da liquidação :

Alegada pelo réu a insuficiência do depósito este permanece em juízo até final decisão . Quando se alegue insuficiência de depósito é lícita, em qualquer caso, a complementação do depósito pelo Autor .

O juiz despachando a inicial determinará a citação do réu para, em dia, hora e local determinado, receber a quantia oferecida, sob pena de ser feito o depósito .

A sentença que concluir pela insuficiência do depósito determinará, se possível, o montante devido podendo o Autor da consignatória ser executado nos mesmos autos .

16.- Assinale a opção correta :

- a) Não cabe revista por divergência quanto à interpretação de regulamento de empresa.
- b) Cabe revista por divergência quanto à interpretação de cláusula de convenção coletiva celebrada entre sindicatos com base territorial estadual em São Paulo.
- c) Qualquer violação a literal disposição de lei enseja revista.
- d) Interpretação divergente de legislação estadual nunca enseja recurso de revista.

17.- Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, como regra geral, os atos processuais realizar-se-ão nos dias úteis : (assinalar a opção correta)

- a) Das 8 às 18 horas
- b) Das 6 às 18 horas
- c) Das 8 às 20 horas
- d) Das 6 às 20 horas

18.- A Consolidação das Leis do Trabalho, no seu texto : (assinalar a opção correta)

- a) Explicita distinção entre suspeição e impedimento do juiz.
- b) Explicita a obrigação do juiz dar-se por suspeito quando seu cônjuge for um dos litigantes.
- c) Autoriza a arguição de suspeição por motivo superveniente.
- d) Admite arguição de suspeição ainda que a parte, depois de conhecer o motivo determinante, tenha aceito a atuação do juiz no processo.

19.- A testemunha no processo do Trabalho : (assinalar a opção correta)

- a) Só será ouvida se oportunamente arrolada pela parte.
- b) Estará sujeita à multa de dois valores de referência se se recusar a depor.
- c) Será ouvida como informante, se por qualquer motivo estiver impedida de prestar compromisso.
- d) Não está sujeita a qualquer consequência se calar a verdade.

20.- O sindicato que pretenda cobrar contribuição assistencial fixada em Convenção Coletiva celebrada entre sindicatos com base territorial em mais de um estado : (assinalar a opção correta)

- a) Deverá propor ação perante o órgão encarregado dos conflitos coletivos do Tribunal Superior do Trabalho.
- b) Deverá propor ação perante juiz de Direito.
- c) Deverá propor ação perante Tribunal de Justiça.
- d) Deverá propor ação perante Junta de Conciliação e Julgamento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1.- É correto afirmar :

- i) Para efeito de reforma agrária, são insuscetíveis de desapropriação: a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua mais de duas propriedades, exceto quando demonstrar capacidade tecnológica para sua futura exploração ;
- j) São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária : a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra ;
- k) É insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária : a propriedade improdutiva ;
- l) São suscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária as propriedades produtivas.

2.- A Constituição federal, em seu artigo 7º, inciso XXXIII proíbe qualquer trabalho a menos de 14 (quatorze) anos, exceto quando seu trabalho for executado na condição de :

- membro da família ;
- trabalho executado no seu domicílio ;
- ser o empregado aprendiz ;
- ser o empregado aprendiz, porém, com idade igual ou superior a 12 (doze) anos .

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.- Assinale a hipótese errada diante dos princípios e regras da Administração Pública previstos na Constituição Federal, art. 37 :

- a) proibição de acumulação estende-se a empregos e funções e abrange a administração direta, autárquica e fundacional, excluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista ;
- b) somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas ;
- c) ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento,

1ª f.
mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

d) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento do erário, na forma e gradação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

24.- A Constituição Federal de 1988 exige concurso público para o preenchimento de:

- a) cargos e funções;
- b) funções e empregos;
- c) cargos e empregos;
- d) cargos, empregos e funções.

25.- Cretella Júnior examinando o problema da responsabilidade do Estado por atos legislativos que causem danos aos administrados, sustenta:

- a) a irresponsabilidade do Estado;
- b) a responsabilidade civil do Estado pelos danos que o ato legislativo causar a um ou a um número restritíssimo de administrados;
- c) a irresponsabilidade do Estado quando se tratar de leis constitucionais;
- d) a responsabilidade civil do Estado quando prevista expressamente em cada lei tipificador do ato.

26.- Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, 3ª ed., pág.320) ao interpretar o art. 37, VI e VIII, da Constituição Federal de 1988 que assegura ao servidor público o direito à livre associação sindical e o direito de greve, sustenta que o referido texto legal

- a) é auto aplicável quanto ao direito de greve;
- b) depende de lei complementar quanto ao direito de associação sindical;
- c) é auto aplicável quanto ao direito de associação sindical e depende de lei complementar quanto ao direito de greve;
- d) depende de lei complementar quer quanto ao direito de associação sindical quer quanto ao direito de greve.

27.- Assinale a frase incorreta:

- a) O art. 38, III, da Constituição Federal de 1988 admite a possibilidade do servidor investido em mandato de Vereador continuar no exercício de seu cargo, emprego ou função, desde que haja compatibilidade de horário, hipótese em que perceberá as vantagens correspondentes a sua condição de servidor e de vereador.
- b) O art. 95, par. único, inc. I, da Constituição Federal de 1988, veda aos juizes exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- c) O artigo 128, par. 5º, II, "d", da Constituição Federal de 1988 veda aos membros do Ministério Público exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outro cargo ou função, salvo de magistério.
- d) O artigo 37, XVI, da Constituição Federal de 1988, veda ao servidor público civil a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:
a- a de dois cargos de professor; b- a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c- a de dois cargos privativos de médico.

DIREITO PENAL

8.- Segundo a doutrina de Anibal Bruno, "in" Direito Penal, 4ª ed., t.II/39,1984), a imputabilidade é:

- a) O conjunto de condições pessoais que dão ao agente capacidade para lhe ser juridicamente imputada a prática de um fato punível;
- b) O conjunto de condições específicas que é dado à pessoa, que proporciona ao agente a capacidade para lhe ser juridicamente imputada a prática de um fato punível;
- c) O conjunto de condições gerais que é dado à pessoa, que proporciona ao agente a capacidade para lhe ser juridicamente imputada a prática de um fato punível;
- d) O conjunto de elementos gerais que é dado à pessoa, que proporciona ao agente a capacidade para lhe ser juridicamente imputada a prática de um fato punível.

- 29.- Assinale a alternativa incorreta. Segundo a doutrina de Damásio E. de Jesus - "in"Dir Penal - ed.Saraiva - 1988, o crime de falso testemunho pode ser praticado por :
- a) Perito do juízo ; testemunha, desde que compromissada; tradutor do Juízo ou intérprete do Juízo ;
 - b) Perito do juízo ; testemunha, ainda que não compromissada; tradutor de Juízo ou intérprete do Juízo ;
 - c) As alternativas "a" e "b" estão corretas ;
 - d) As alternativas "a" e "b" estão incorretas .

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

- 30.- O pedido de "agrément" significa :
- a) Pedido de asilo político que o estrangeiro faz à Embaixada Brasileira em outro Estado ;
 - b) Credencial que o Estado Brasileiro leva a outro Estado para que este aceite o início de negociações para a consecução de um Tratado ;
 - c) É o pedido feito a um outro Estado, uma espécie de consulta, para verificar se o indicado como Chefe de Missão Diplomática é ou não "persona grata" ;
 - d) É uma Carta Credencial, fechada, entregue ao Chefe de estado acreditado, requerendo autorização para a permanência temporária do cônsul enviado em missão negocial .
- 31.- Os agentes diplomáticos e respectivos familiares, desde que estes não sejam nacionais do Estado receptor, gozam de imunidade civil e criminal no Estado acreditado . Tendo em vista a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas é correto afirmar :
- a) Tais imunidades são absolutas .
 - b) Tais imunidades não são absolutas porque o agente diplomático está obrigado a prestar depoimento como testemunha .
 - c) É possível a renúncia à imunidade de jurisdição, ocorrendo "ipso facto" a renúncia à imunidade de execução .
 - d) A imunidade de jurisdição não abrange uma ação real sobre imóvel privado, do agente diplomático, situado no Estado acreditado .

DIREITO CIVIL

- 2.- Em matéria de efeito do ato jurídico pode-se dizer: (aponte a alternativa correta)
- I.- A nulidade absoluta, quando declarada, faz cessar qualquer efeito do negócio jurídico, a partir da declaração .
 - II.- A nulidade absoluta, quando declarada faz cessar qualquer efeito do negócio jurídico, salvo quando a requerimento das partes e em nome do princípio da autonomia da vontade, o defeito for suprido por ato judicial .
 - III.- Negócio viciado por erro, dolo ou coação não é nulo e sim anulável, mas a declaração judicial de ineficácia do ato jurídico opera "ex nunc" .
 - IV.- A nulidade absoluta pode ser decretada de ofício, a relativa não .
 - V.- O menor relativamente incapaz pratica ato anulável quando não autorizado ou assistido , mesmo que tenha agido enganando a outra parte, tendo em vista a proteção que o Direito da ao incapaz .

Incorretas III e IV ;

Corretas I, II e III ;

Incorretas I, II e V ;

Corretas II, III e IV .

.- Pela Lei Brasileira as pessoas jurídicas abaixo, como se classificam : (aponte a alternativa correta)

Partido Político , 2º Autarquia, 3º Fundações Públicas, 4º Associações de Utilidade Pública , 5º Sociedades de Economia Mista, 6º Empresa Pública .

Duas são Públicas e quatro Privadas .

Duas são Privadas e quatro Públicas .

Tres são Privadas e três Públicas .

Uma Privada e cinco Públicas .

- Em relação aos conceitos emitidos nos incisos de I a V, aponte a alternativa correta :

- I.- O contrato será tido como celebrado no local da oferta .
- II.- A "exceptio non adimpleti contractus" é cláusula resolutiva que para beneficiar o interessado deve obrigatoriamente constar do contrato .
- III.- Pode-se afirmar que a prescrição por ser um meio de defesa ou exceção peremptória não poderá o juiz decretá-la de ofício .
- IV.- Quando o decurso de prazo extingue a ação fazendo desaparecer por via oblíqua o direito tutelado, falamos em decadência e quando o direito se extingue pela falta do

seu exercício, falamos em prescrição .

V.- A decadência não faz desaparecer o direito por via oblíqua e corre contra todos, admitindo a suspensão ou a interrupção . Já a prescrição pode ser suspensa ou interrompida e não atinge o direito a não ser em forma oblíqua, pela falta de ação .

- a) Incisos I, II e III estão corretos .
- b) Incisos III e V estão corretos .
- c) Incisos I, IV e V estão incorretos .
- d) Incisos III, IV e V estão incorretos .

35.- Em tema de obrigação de fazer infungível, por ser "intuitu personae", tem-se que :

- a) O credor não poderá de modo algum obter sua execução direta .
- b) A execução direta é possível .
- c) O devedor não tendo como cumpri-la exonera-se da obrigação .
- d) O credor está impedido de aceitar outra forma de satisfação da obrigação .

36.- Qual a resposta em que se encontra caracterizadas as Sociedades Cíveis e Comerciais e as Fundações :

- a) União de pessoas com fim lucrativo, união de pessoas sem fim lucrativo.
- b) União de pessoas com fim lucrativo e complexo de bens colocado por uma pessoa física ou jurídica para um fim lícito .
- c) União de pessoas sem fim lucrativo, embora uma com atividade intermediária empresarial, união de bens feita pelo instituidor .
- d) União de bens tanto para as sociedades como para as fundações .

DIREITO COMERCIAL

37.- Nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada quando o contrato for omissivo quanto ao uso de firma, a quem cabe usá-los ? (indique a alternativa correta)

- a) aos sócios-gerentes ;
- b) a todos os sócios ;
- c) aos sócios majoritários ;
- d) aos sócios majoritários e aos sócios gerentes .

38.- A falência pode ser declarada : (indique a alternativa correta)

- i) do espólio do devedor comerciante; do menor, com mais de 18 (dezoito) anos, que mantém estabelecimento comercial, com economia de terceiros; da mulher casada que, sem autorização do marido, exerce o comércio, por mais de 6 (seis) meses, fora do lar conjugal; dos que, embora expressamente proibidos, exercem o comércio .
- j) do espólio do devedor comerciante ; do menor , com mais de 18 (dezoito) anos, que mantém estabelecimento comercial, com economia própria; da mulher casada que, com a autorização do marido, exerce o comércio, por mais de 6 (seis) meses, fora do lar conjugal ; dos que embora expressamente proibidos, exerçam o comércio ;
- k) do espólio do devedor comerciante; do menor, com mais de 18 (dezoito) anos, que mantém estabelecimento comercial, com economia própria ; da mulher casada que, sem autorização do marido, exerce o comércio, por mais de 6 (seis) meses, fora do lar conjugal ; dos que, embora expressamente proibidos, exerçam o comércio ;
- l) do espólio do devedor comerciante ; do menor, com mais de 16 (dezesesseis) anos, que mantém estabelecimento comercial, com economia própria ; da mulher casada que, sem autorização do marido, exerce o comércio, por mais de 6 (seis) meses , fora do lar conjugal ; dos que embora expressamente proibidos, exercem o comércio .

DIREITO DO TRABALHO

.- Somente uma alternativa abaixo contém fatos que representam a caducidade na dissolução do contrato de trabalho. Aponte :

- advento do termo, força maior, morte ;
- morte, justa causa, rescisão após inquérito para apuração de falta grave ;
- força maior, implemento da condição, demissão ;
- implemento da condição, justa causa, morte .

- Aponte a alternativa que descreve somente figuras de interrupção do contrato de trabalho :

- doença após os primeiros 15 dias, serviço militar obrigatório, férias, doação de sangue ;
- comparecimento como jurado, doação de sangue, falecimento do cônjuge ;
- ausência justificada, participação em greve legítima, casamento, mandato sindical ;
- testemunha, férias, inquérito para apuração de falta grave com suspensão do contrato, julgado procedente .

- 1ª fa
- a) Descontos no salário relativos a seguro de previdência privada ou a entidade de cooperação são possíveis mediante autorização tácita ou não do empregado.
- b) Por ser a "quebra de caixa" quantia recebida pelo empregado para fazer frente a eventuais diferenças ocorridas no seu caixa, tem-se que não integra o salário.
- c) O reajuste de 26,05% de fevereiro de 1989 é direito adquirido do trabalhador conforme em vigor.
- d) Os descontos procedidos no salário a título de entidade recreativa somente são possíveis quando expressamente autorizado.

42.- Dentre os fenômenos jurídicos abaixo em apenas uma das alternativas, a natureza dos mesmos é só de direito material. Aponte a alternativa correta:

- a) Convenção coletiva, acordo coletivo, dissídio coletivo.
- b) Sucessão de empresas, empresário individual, denúncia da lide.
- c) Acordo coletivo, dissídio coletivo, intervenção de terceiro.
- d) Convenção coletiva, tratado coletivo, acordo coletivo.

3.- A seguir listamos algumas espécies de trabalho: atividades de bloco, empresário modesto, trabalho para a tomadora de serviço, volante rural, trabalho em zona rural subordinado, trabalho em casa de família, trabalho em zona rural dividindo os frutos. Aponte dentre as alternativas abaixo a única que revela cada uma das figuras acima, embora na forma sequencial em que foram descritas:

- a) avulso, autônomo, parceria agrícola, doméstico, parceria pecuária, temporário, eventual; doméstico, autônomo, marítimo, parceria agrícola, rural, eventual, avulso; parceria agrícola, rural, eventual, avulso, doméstico, autônomo, temporário; autônomo, parceria agrícola, temporário, avulso, doméstico, eventual, caixa.

4.- Nasce com o contrato de trabalho obrigações para ambas as partes, cujo descumprimento acarreta a justa causa do empregado ou do empregador. Assinale a resposta em que a solução contratual se dá por falta do dever de fidelidade e diligência do empregado e falta da necessária proteção por parte do empregador. Nessa ordem:

- a) Perigo manifesto de mal considerável, insubordinação, negociação habitual.
- b) Embriaguez habitual, não pagamento contumaz de dívidas, exigir do empregado serviços superiores à sua força.
- c) Negociação habitual, desídia, perigo manifesto de mal considerável.
- d) Negociação habitual, diminuição quantitativa de produção, mora salarial contumaz.

5.- Assinale a frase incorreta:

- a) O contrato faz lei entre as partes. Tal frase, uma decorrência do princípio da autonomia da vontade, encontra no Direito do Trabalho óbice em normas imperativas.
- b) No Direito do Trabalho quando há falta de dispositivo contratual ou legal pode o exegeta utilizar-se do chamado "frei recht" (Direito Livre) no exercício interpretativo.
- c) O vocábulo empresa compreendendo universalidade de pessoas e bens, capital e trabalho destinado a um fim, um empreendimento, é expressão equívoca, visto que no Direito do Trabalho pode significar o empregador individual ou coletivo. A preocupação do legislador foi, na verdade, vincular o contrato de trabalho ao conjunto daqueles fatores (Art. 2º da CLT).
- d) O trabalhador de safra também é considerado "adventício" e como tal, tem-se que faz trabalho intermitente e periódico, por prazo determinado.

6.- Em relação aos conceitos emitidos nos incisos I a V aponte a alternativa correta, com base na lei e ou Jurisprudência sumulada do TST:

- I.- Embora empregado público, o servidor do município não tem direito à estabilidade decorrente de acordo coletivo feito com a municipalidade, tendo em vista a inaplicabilidade a este do artigo 7º, XXVI, da C.F.
- II.- A quitação passada pelo empregado, sem observância dos requisitos dos parágrafos do artigo 477 da CLT, tem eficácia liberatória em relação às parcelas nos recibos ainda que não expressamente consideradas.
- III.- Tem-se que o salário é um direito do empregado e um dever do empregador, embora nem sempre exigível a obrigação.
- IV.- Havendo extinção do estabelecimento a empresa está autorizada a transferir para outra localidade os empregados que nele trabalham.
- V.- Trabalhando para o público, diretamente com o mercado, correndo todos os riscos da produção, mas tendo seu domicílio como centro dos afazeres, contratado que foi por uma empresa, Caio se considera trabalhador a domicílio.

Alternativas :

- a) incisos II e V estão incorretos ;
- b) incisos II, III e V estão corretos ;
- c) incisos I, III e V estão incorretos ;
- d) somente o inciso I está incorreto .

47.- Aponte a alternativa abaixo cujo fenômeno de Direito do Trabalho é substancialmente mesmo de outro ramo do Direito, recebendo em cada um dos ramos roupagem jurídica diversa .

- a) Empregado - credor quirografário (D.Comercial); Pedido de demissão - transação (D.Civil)
- b) Improbidade - furto (D.Penal), "jus variandi" do Empregador - ato discricionário (D.Adm.)
- c) Caducidade do Contrato de Trabalho - Dissolução da empresa individual (D.Com.), Resilição do contrato - Objeto do contrato social (D.Civil/D.Comercial).
- d) Sucessão trabalhista - incorporação (D. Societário), Contrato de trabalho - contrato alógeno (D. Civil).

48.- Vale o mesmo texto da questão anterior . Aponte a alternativa correta :

- a) Alto empregado - Diretor eleito de S.A. (D.Comercial) ; Empregado menor de 18 anos - autorização (D.Comercial).
- b) Sociedade de economia mista/empregadora - entidade paraestatal (D. Administrativo), Poder de comando - polícia sanitária (D.Administrativo).
- c) 13º salário - direito subjetivo (D.do Trabalho/D.Civil), elemento essencial extrínseco contrato de trabalho - capacidade das partes (D.Civil) .
- d) Pagamento de salário - obrigação de fazer (D.Civil), empregado do município - servidor público (D.Administrativo).

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

49.- "É nota característica do financiamento do sistema, pressuposto para que o aparelho de proteção funcione, que seja regido pelo denominado Plano de Custeio. Diferente dos demais projetos de atuação do Estado, os planos de seguridade dependem: a) de prévia definição sobre o regime financeiro de todo o arcabouço de proteção; b) de fixação precedente das contribuições; e c) de disciplina de aplicação das reservas a serem auferidas em cada exercício". Este pensamento, citado por Wladimir Novaes Martinez, em sua obra - Comentários à Lei Básica da Previdência Social (3ª ed.-Tomo II - Ltr), foi expressada por :

- a) Érico Peixoto de Pereira ;
- b) Anibal Fernandes ;
- c) Wagner Balera ;
- d) Alejandro Bonilha Garcia .

50.- Considerando o artigo 50 do decreto 612/92, é correto afirmar :

- a) É prerrogativa do INSS e do DpRF o exame da contabilidade da empresa, prevalecendo para esse efeito o disposto nos artigos 17 e 18 do Código Comercial, ficando obrigados a empresa e o segurado a prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados .
- b) É prerrogativa do INSS o exame da contabilidade da empresa, prevalecendo para esse efeito o disposto nos artigos 17 e 18 do Código Comercial, ficando obrigados a empresa e o segurado a prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados .
- c) É prerrogativa do DpRF o exame da contabilidade da empresa, prevalecendo para esse efeito o disposto nos artigos 17 e 18 do Código Comercial, ficando obrigados a empresa e o segurado a prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados .
- d) Nenhuma das alternativas está correta .